

O serviço funerário da cidade foi privatizado em março de 2023 pela gestão do prefeito Ricardo Nunes. A concessão de 25 anos de duração foi entregue a quatro empresas: Consolare, Velar, Cortel e Grupo Maya. Elas deveriam reformar e melhorar os serviços das unidades, mas, um ano depois, há relatos de problemas de infraestrutura e segurança e preços muito mais altos.

A Agência Pública esteve no Vila Formosa durante uma manhã de sábado, em fevereiro deste ano, e presenciou pelo menos três famílias que precisaram desembolsar valores altos na tentativa de exumar um ente querido falecido por Covid, mas tendo que voltar a enterrá-lo.

A movimentação tem aumentado nas últimas semanas à medida que se completam os três anos do período mais mortal da pandemia no país, entre março e abril de 2021, antes da aplicação massiva das vacinas. A grande maioria das pessoas não tem dinheiro para bancar enterros caros e depende do serviço funerário que era oferecido pela Prefeitura.

Uma senhora, acompanhada de sua filha e uma neta, tentava entender as taxas cobradas para exumar o corpo do marido. O valor, 845 reais, é mais da metade do seu salário mensal. A Prefeitura oferece o serviço de forma gratuita para pessoas de baixa renda ou doadores de órgãos, mas a idosa, que não quis se identificar, não se enquadra em nenhuma das categorias para gratuidade.

A sua renda mensal per capita é de 750 reais, mas para obter o benefício teria que ser de no máximo 706 reais. E, na época, era proibida a doação de órgãos de pessoas mortas por Covid. ‘Sinto como se ele tivesse morrido hoje de novo’, disse.

A reportagem da Pública pediu informações à empresa por WhatsApp, como se fosse uma cliente precisando do serviço. Uma funcionária do Vila Formosa disse que, de um ano para cá, ‘não está saindo ninguém de Covid’ - ou seja, nenhum dos corpos de vítimas da doença está suficientemente decomposto para exumação. ‘Eles só perderam a pele. Ficando dentro do saco ainda vai demorar muitos anos’, comentou.

Essa mesma funcionária explicou que os corpos precisam voltar a ser enterrados em sacos ‘por causa do vírus’, que ainda estaria ativo. Mas a Sociedade Brasileira de Infectologistas afirma que é praticamente impossível que isso aconteça e que não há nenhuma recomendação de autoridades em saúde nesse sentido.

A Consolare, empresa que administra o Vila Formosa, disse que ‘é sugerido realizar o sepultamento novamente, mantendo sua composição original, em saco ou urna’, sem citar o vírus. ‘A equipe não mexe se não há decomposição necessária. Do jeito que o corpo está, com saco ou não, é sepultado novamente’, informou por meio de nota.

A Consolare esclarece que a exumação é um procedimento obrigatório após três anos de sepultamento em quadras gerais, como ocorre no cemitério da Vila Formosa. O processo de decomposição é natural, sendo assim não é possível prever se estará completo após o prazo estipulado’, disse a empresa em nota.”

Sr. Presidente, há ainda mais duas páginas desta reportagem muito relevante. Eu vou pedir a gentileza de que ela seja transcrita na íntegra, mas, sobretudo que se observe aqui com destaque o aumento tão significativo dos preços de cemitérios em São Paulo antes e depois da privatização, conforme as informações do SindSep.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Muito obrigado, deputado Eduardo Suplicy, o seu pedido será atendido por esta Presidência. Eu queria só informar a V. Exa. que o vereador Celso Giannazi já conseguiu as assinaturas para instalar na Câmara Municipal de São Paulo a CPI para investigar a “privataria” da morte, para investigar o sistema funerário do estado de São Paulo, porque morrer em São Paulo está muito caro.

A gente não pode mais morrer na Capital, porque custa muito dinheiro, mas a CPI será instalada, com certeza, em algum momento e haverá uma profunda investigação nessa “privataria”. Com a palavra o deputado Guilherme Cortez, que fará uso regimental da tribuna.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - E dizem, presidente, “privatiza que melhora”. Pois bem, a gente está chegando hoje no terceiro dia consecutivo de apagão aqui na cidade de São Paulo.

Terceiro dia consecutivo que moradores da cidade de São Paulo, a cidade mais rica do País, fica sem energia elétrica nas suas casas, nos seus locais de trabalho, por conta do despreparo e da incompetência da concessionária privada, a Enel. Já virou corriqueiro a gente criticar a incompetência da Enel da tribuna desta Assembleia.

No final do ano passado, justo quando a gente estava discutindo a privatização de outra empresa estratégica do estado de São Paulo, que era a Sabesp, quatro milhões de pessoas aqui na Região Metropolitana de São Paulo também ficaram sem acesso à energia elétrica por dias seguidos por conta da incompetência dessa empresa.

Toda vez é a mesma coisa. Quando chove um pouco mais forte, a empresa não está preparada para ser resiliente a um evento climático extremo, e a população que paga o preço, sem energia elétrica, no escuro, no apagão, com a comida estragando na geladeira, tendo que interromper o trabalho, prejudicando as pessoas que estão em tratamentos médicos de home care em casa.

\*\*\*

- Assume a Presidência o Sr. Eduardo Suplicy.

\*\*\*

É um descalbro o que acontece na gestão da energia elétrica aqui na cidade de São Paulo nas mãos da Enel. Essa, na verdade, é a cara do que acontece quando a gente privatiza um serviço estratégico, que é direito da população, quando a gente entrega um serviço como energia elétrica, como transporte público, como saneamento básico, para a iniciativa privada, em todos os casos o serviço piora, perde a qualidade, fica mais caro, fica mais incompetente, porque essa é a lógica da empresa privada, da iniciativa privada.

Se ela tiver que escolher entre economizar para sobrar mais lucro para os seus acionistas, para os seus CEOs, ou gastar mais dinheiro para tornar o serviço mais eficaz para a população, ela vai escolher a lucratividade, porque essa é a lógica com a qual trabalha a iniciativa privada. A gente vê isso acontecer todos os dias nas linhas privatizadas que estão sob a gestão da ViaMobilidade na CPTM.

A gente vê isso acontecer sempre que chove aqui na Região Metropolitana de São Paulo, com as pessoas que são atendidas pela Enel e, lamentavelmente, pode ser que daqui a alguns meses a gente veja isso acontecer com o direito à água e ao saneamento básico da população do estado de São Paulo, porque o governador Tarcísio tem como a sua ambição a privatização de uma empresa estratégica, lucrativa e fundamental do estado de São Paulo, que é a Sabesp, que, de forma vexatória, vergonhosa, autoritária, ilegal, inconstitucional foi aprovada a autorização para a privatização da Sabesp no apagar das luzes do ano passado, aqui nesta Assembleia.

E veja bem, deputado Carlos Giannazi, ontem, enquanto a gente ainda tinha milhares de pessoas sem acesso à energia elétrica, por conta da incompetência da iniciativa privada, o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, mandou para a Câmara Municipal o projeto que autoriza a privatização da Sabesp a nível municipal.

É muito cinismo o prefeito vir dizer que ele não tem responsabilidade nenhuma. Inclusive, dessa vez ele se superou. Ele tentou atribuir a culpa pela ineficiência, pela incompetência da sua gestão e da Enel para o governo federal. Ele tentou colocar a culpa no governo federal da gestão sobre energia elétrica no município.

Isso é inacreditável, e de forma ainda mais cínica, por um lado, ele se exime da culpa por administrar, por fiscalizar o serviço porco que é realizado pela Enel, por outro, ele envia para a Câmara Municipal o projeto para autorizar outra privatização de um serviço essencial para a população, dessa vez o serviço é a água e o saneamento básico.

Durante o ano passado, a gente discutiu exaustivamente o que representaria a privatização da Sabesp. Amanhã, 22 de março, é o Dia da Água. A água é um recurso essencial para a vida, para a sobrevivência, para a saúde da população.

A água não é um ativo, uma commodity, que você pode comercializar, que você deve colocar na bolsa de valores para variar o preço, o lucro que você vai ter com a sua comercialização. A água é um bem essencial para a humanidade, para que a gente possa viver, viver bem, viver com saúde.

Portanto, nada mais lógico de que esse bem, sem o qual a gente não vive sem, esteja sob o controle público, porque não pode ser a iniciativa privada, não pode ser meia dúzia de acionistas que só pensam na sua lucratividade, que só pensam em como que eles vão receber mais dinheiro no final do mês, que vão decidir quem vai ter acesso à água tratada, quem vai ter acesso à coleta de esgoto e quem não vai.

É um absurdo essa tentativa da privatização da Sabesp. É lastimável o que acontece na cidade mais rica do País, com a conivência de um prefeito incompetente como o Ricardo Nunes, que é conivente com uma empresa ineficiente, que é a Enel que, na verdade, é a cara do que a iniciativa privada faz quando ela assume um serviço de tanta responsabilidade para a vida da população.

A gente não pode aceitar que essa tragédia aconteça também com o direito da população à água e ao saneamento básico, e vamos seguir lutando, mesmo aqui da Assembleia Legislativa, nas Câmaras Municipais, e por todos os caminhos possíveis, para reverter a privatização da Sabesp e para revogar a concessão da Enel.

Obrigado mais uma vez, presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT - Meus cumprimentos, deputado Guilherme Cortez. Encerrado o Pequeno Expediente, vamos passar ao Grande Expediente.

\*\*\*

- Passa-se ao

## GRANDE EXPEDIENTE

\*\*\*

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT - Pela ordem, deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Gostaria de fazer uso da tribuna agora pelo Art. 82 do Regimento Interno, pela liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT - Tem a palavra o deputado Carlos Giannazi, pela liderança do PSOL.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PELO ART. 82 - Sr. Presidente deputado Eduardo Suplicy, telespectador da TV Assembleia, público presente, tenho exaustivamente denunciado pela tribuna e em outros espaços a máfia, a ditadura, das plataformas digitais, que foram implantadas na rede estadual de ensino, nas nossas escolas, que estão massacrando os professores, as professoras e os alunos. Estão tirando totalmente a autonomia pedagógica.

Hoje os professores não conseguem mais ensinar aquilo que eles desejam ensinar, que tem que ensinar. Eles são prisioneiros dessas plataformas, desses conteúdos digitais, desses materiais digitais, com muitos erros, que nós também já denunciávamos, que a imprensa já denunciou.

Aliado a esse fato, temos ainda a farsa do apoio presencial. Refiro-me aqui àquela portaria que foi publicada na semana passada, que obriga agora de fato, os diretores, vice-diretores e os coordenadores pedagógicos a entrarem nas salas de aula para vigiar e punir os professores, sobretudo quando eles não estão usando as plataformas digitais e os aparelhos eletrônicos.

Olha só a gravidade da situação. Esse é o quadro, Sr. Presidente. Eu já disse várias vezes que esse tipo de orientação de procedimento não atende a nenhum interesse pedagógico ou educacional, mas atende aos lucros das empresas que estão se beneficiando com a venda dessas plataformas digitais e dos aparelhos eletrônicos.

Sobretudo, Sr. Presidente, denuncio aqui mais uma vez - já fiz isso desde o início do ano passado - a própria Multi, que é a empresa do secretário da Educação, que tem contrato de 200 milhões de reais para entregar aparelhos eletrônicos para a própria rede estadual.

Mas vamos lá, Sr. Presidente. Estamos fazendo um levantamento, eu já acionei o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para fazer uma devassa nos contratos dessas empresas que vendem as plataformas digitais. Estou com uma parte desse estudo, vou citar alguns preços aqui, Sr. Presidente, algumas empresas. Olha só. A empresa AOVS Sistema de Informática S. A., que presta serviços na plataforma da programação Alura.

Essa Alura já tinha sido, inclusive, comprada também, essa plataforma, no Paraná, quando o secretário Renato Feder, hoje secretário de São Paulo, era o secretário do Paraná. Então ele trouxe para São Paulo, parece-me que é isso.

Mas olha só o valor, Sr. Presidente, dessa plataforma Alura: 30 milhões e 845 mil reais. Olha, 30 milhões, Sr. Presidente, em uma plataforma digital que tem uma vigência de apenas 18 meses. Está aqui, olha: data da assinatura e vigência; 18 meses, 30 milhões.

Essa é a Alura, uma delas, 30 milhões. Temos uma outra, de uma empresa que se chama Boquid Brasil Distribuição de Livros Digitais Limitada, aquisição de 71 livros digitais. Quanto? Qual valor? Três milhões e 900 mil reais.

Tem aqui uma outra, a empresa Matific Brasil Apoio Educativo Educacional Limitada. Acho que fornece o uso de jogos educativos, entre outros: 72 milhões de reais, Sr. Presidente. Setenta e dois milhões em uma plataforma. Olha só o preço disso.

Tenho mais aqui: a empresa Primasoft Informática Limitada. Contratação de uma empresa especializada para fornecer solução integrada em plataforma computacional de recurso digital educacional.

Olha o valor: 10 milhões e 458 mil reais por essa plataforma, Sr. Presidente, por esse serviço. E assim vai, são vários. Só nesses quatro que eu citei aqui já são, na verdade, 117 milhões e 412 mil reais. É a máfia, Sr. Presidente, máfia das plataformas digitais.

Então, os professores estão sofrendo porque eles não têm mais autonomia, eles têm que bater meta, como telemarketing. Os professores viraram robôs, Sr. Presidente, não são mais professores na rede estadual porque eles perderam totalmente autonomia pedagógica, que está quebrando o Magistério, adoecendo o Magistério, desanimando o Magistério municipal, porque esse tipo de metodologia, de plataformas, de computadores, celulares está sendo banido do mundo todo. Vários países estão diminuindo o uso dessas plataformas de computadores e celulares, Sr. Presidente.

E não foi à toa que o secretário ainda tentou tirar o livro didático da rede estadual. Não fosse a nossa ação popular impetrada por nós, quando digo nós, do nosso movimento, nosso coletivo Educação em Primeiro Lugar, formado pela deputada federal Luciene Cavalcante, pelo vereador Celso Giannazi e pelo meu mandato aqui na Assembleia Legislativa, os livros estariam realmente retirados, mas nós revertemos isso. Mas, olha, é a máfia, ditadura das plataformas digitais associadas, Sr. Presidente, a essa portaria de apoio presencial, dessa farsa do apoio.

Isso é uma farsa, não tem apoio presencial nenhum. Tem vigilância, fiscalização e punição das professoras e dos professores e também dos gestores, porque agora, com a nova lei aprovada, o diretor que não entrar na sala e cobrar a utilização das plataformas digitais, Sr. Presidente, esse diretor será transferido na escola.

Haverá punição para o diretor, para o vice-diretor, para o coordenador pedagógico. A gestão será punida se o professor não usar. Então, é isso, todos serão vigiados e todos farão a vigilância. É isso que a secretaria está impondo para a rede estadual, destruindo a rede estadual de ensino.

Então, eu já acionei o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para fazer uma devassa em todos esses contratos. Aqui eu peguei só um, Sr. Presidente, tem muito mais.

Nós vamos fazer uma radiografia, e estou pedindo também ao Tribunal de Contas que ele avalie, do ponto de vista pedagógico, os estragos, porque essas compras devem estar associadas a uma política pública de Educação que tenha resultado.

Então, o Tribunal de Contas avalia a política pública, ele tem que avaliar os prejuízos perversos e nefastos dessas plataformas na rede estadual de ensino, no processo ensino-aprendizagem e na destruição do Magistério estadual, como também dessa farsa do apoio presencial. Então, está tudo ligado, tudo interligado, Sr. Presidente. Então, na verdade é um projeto de destruição da nossa rede estadual de ensino.

Vou continuar denunciando, acionando o Tribunal de Contas, o Ministério Público e todos os demais órgãos, Sr. Presidente, para que a gente possa reverter imediatamente essa situação.

Sr. Presidente, gostaria de fazer mais um tempo aqui. Dois minutos só, Sr. Presidente.

Recebi aqui um abaixo-assinado da Escola Estadual Maurício de Castro, da comunidade escolar da Escola Estadual Maurício de Castro, que fica em São Bernardo do Campo, que é uma escola importante na região, lá na Vila São Pedro. E a quadra dessa escola, Sr. Presidente, está sem cobertura. Já teve cobertura.

Há quatro, sete anos, a cobertura foi desativada pela própria FDE, porque estava caindo em cima dos alunos, e até hoje, está aqui a quadra, descoberta. A FDE enrolou a escola, a comunidade escolar, e a escola está com dificuldades de ter as aulas de educação física, porque quando chove não é possível fazer educação física nessa quadra.

E agora com esse calor, com a crise climática, é impossível fazer educação física exatamente numa escola sem quadra. Então, a comunidade está sofrendo, tem um abaixo-assinado aqui com milhares de assinaturas, Sr. Presidente, e aqui, da Assembleia Legislativa, da tribuna, eu quero manifestar o meu apoio a toda a comunidade escolar, que está mobilizada, da Escola Estadual Maurício de Castro, da Vila São Pedro, e exigir que a FDE faça a cobertura imediata dessa quadra.

Caso contrário, nós vamos acionar o Ministério Público Estadual, pedindo para que providências sejam tomadas e a Secretaria da Educação seja punida por essa improbidade administrativa.

Então, exigimos a cobertura imediata da quadra da Escola Estadual Maurício de Castro.

Era isso, Sr. Presidente.

\*\*\*

- Assume a Presidência o Sr. Conte Lopes.

\*\*\*

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Havendo acordo entre as lideranças, eu solicito o levantamento desta sessão.

O SR. PRESIDENTE - CONTE LOPES - PL - Passando a Presidência dos nossos trabalhos para o nosso deputado professor Giannazi.

\*\*\*

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.

\*\*\*

O SR. CONTE LOPES - PL - Pela ordem, Sr. Presidente. Para poder usar o Art. 82.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Com a palavra o deputado Conte Lopes, pelo Art. 82 do Regimento Interno.

O SR. CONTE LOPES - PL - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, ontem, no Congresso Nacional, foi aprovado o fim das saidinhas temporárias, que agora está nas mãos do presidente Lula para sancionar. Eu espero que o presidente sancione.

Na verdade, essas saidinhas são um absurdo. Na Praia Grande, semana passada, o cidadão que saiu de Santo André, fazia um churrasco lá no litoral quando foi atacado por bandidos. Invadiram a casa dele, ele acabou recebendo um tiro e morreu.

O bandido foi preso quando retornava da saidinha temporária. É um absurdo que haja isso no Brasil. O cara comete crime e tem que ser responsabilizado pelo crime que ele comete, independentemente de partido político.

Isso não é política, isso é proteção à sociedade. Temos que criar leis para proteger a sociedade. Não é cabível que a pessoa cometa crime porque é dia do pai, da mãe. O cara que mata o pai e a mãe, como aquela mulher lá, sai na saidinha do Dia dos Pais e das Mães.

Ela consegue sair no Dia dos Pais, ela sai. Então não é possível isso. Espero realmente que o presidente da República venha a sancionar esse projeto e acabe com essa desgraça para o povo brasileiro, porque se solta quem não deveria ser solto, bandidos de altíssima periculosidade.

Ninguém entende por que se soltam determinados caras, soltam quem quiser, e o cara sai no Dia dos Pais, Dia das Mães, final de ano, para cometer mais delitos.

Então aguardo que realmente o presidente Lula venha a sancionar o projeto e acabe com essa festa, que é o fim do mundo, bandidos, cumprindo pena, saiam da cadeia para cometer crimes novamente como esse, que matou lá na Praia Grande um cidadão que fazia o seu churrasco com a família.

E foi preso quando voltou para a cadeia. Não foi preso lá, não, ele foi preso quando retornou pelo crime que ele tinha praticado.

Então está aí um exemplo de que isso daí não funciona e que nós temos que ter leis mais severas contra o crime. Isso não depende de partido político, de centro, direita, esquerda, disso depende a proteção da população, não resta a menor dúvida.

Então espero que, realmente, o presidente venha a sancionar o projeto e acabe com essa festa. Carnaval, Ano Novo, Natal, dia de pai, dia da mãe, sai um monte de bandido para cometer crime aqui fora, e a sociedade que sofre com isso. Não resta a menor dúvida. Não é problema de partido político ou coisa parecida. Não tem nada a ver com política.

São criminosos que saem para as ruas para cometer delitos, como eu disse, da Suzane, que mata os pais e sai no dia do pai, da mãe; ela sai para comemorar, não sei o quê. Porque ela matou o pai e a mãe. Suzane não sei o que lá.

Então, infelizmente é isso, e eu espero que realmente esse projeto seja sancionado pelo presidente. Ou então, se voltar, que seja derrubado no Congresso Nacional de novo. Porque é muita colher de chá para bandido, né. É muita moleza para bandido. Temos que acabar com isso.

Não é justo que o cara vá cumprir pena na cadeia e saia para matar alguém, como no caso aí, o exemplo do que aconteceu na Praia Grande. E depois o cara volta, como se... Felizmente, estava apurado que foi ele, alguém identificou, e ele foi preso quando retornou da saidinha. Quer dizer, a lei solta um cara para matar o outro coitado lá, que estava fazendo um churrasco na praia.

Então, está aí. Vamos torcer para que realmente vá para a frente e o presidente da República sancione o projeto e venha a valer. Porque é uma festa isso aí. São 30 mil bandidos que

saem em São Paulo. Trinta mil bandidos que saem para cometer crimes, infelizmente.

Uma grande parte sai para cometer crimes. E ninguém vê, ninguém fiscaliza. Então, felizmente foi aprovado ontem, no Congresso, e aguardamos que realmente venha a ser sancionado pelo presidente da República. E acaba com essa festa de, em determinados dias, bandidos da mais alta periculosidade, que se enfiam na lista lá, ninguém fiscaliza nada... Os maiores bandidos do mundo saem nisso aí. Os maiores bandidos saem dessa forma.

Então, infelizmente, é assim.

O SR. CONTE LOPES - PL - Sr. Presidente, havendo acordo de lideranças, eu solicitaría o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Obrigado, Sr. Deputado Conte Lopes. Havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 17 minutos.

\*\*\*

## 22 DE MARÇO DE 2024 2ª REUNIÃO

Presidência: EDUARDO SUPLICY
------------------------------

### RESUMO

1 - EDUARDO SUPLICY

Assume a Presidência e abre a reunião. Declara estarem presentes 10 Srs. Deputados, número insuficiente para a abertura dos trabalhos. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 25/03, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Encerra a reunião.

## 25 DE MARÇO DE 2024 32ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: EDUARDO SUPLICY e LECI BRANDÃO
---

### RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - EDUARDO SUPLICY

Assume a Presidência e abre a sessão às 14hs. Faz apelo para que o diretor da Faculdade São Francisco de Direito transfira a reunião sobre os episódios ocorridos na Baixada Santista para o Salão Nobre, já que a quantidade de pessoas que querem participar é muito grande e não cabe no Salão do Estudante.

2 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - LECI BRANDÃO

Por inscrição, faz pronunciamento.

4 - PRESIDENTE EDUARDO SUPLICY

Reforça a importância do pronunciamento da deputada Leci Brandão sobre o assassinato da ex-vereadora Marielle Franco.

5 - LECI BRANDÃO

Assume a Presidência.

6 - EDUARDO SUPLICY

Por inscrição, faz pronunciamento.

7 - EDUARDO SUPLICY

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

8 - PRESIDENTE LECI BRANDÃO

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 26/03, à hora regimental, com Ordem do Dia.

Levanta a sessão às 14h28min.

\*\*\*

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Eduardo Suplicy.

\*\*\*

- Passa-se ao

### PEQUENO EXPEDIENTE

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente. Há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

Eu gostaria apenas de transmitir um apelo ao diretor ou diretora da Faculdade de Direito de São Francisco, porque foi marcada para o Salão do Estudante uma assembleia, uma reunião para tratar dos episódios que estão acontecendo ali na Baixada Santista.

E eis que, ao invés de 150 pessoas, que caberiam na sala dos estudantes, há ali mais de duas mil pessoas querendo participar. Então, os organizadores, inclusive o Claudinho Silva, estão solicitando a possibilidade de realizar esta reunião no Salão Nobre, onde haveria espaço para todos os presentes.

Tem a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado Ricardo Madalena. (Pausa.) Deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi, pelo tempo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Eduardo Suplicy, deputada Leci Brandão, telespectador da TV Assembleia. Sr. Presidente, na última sexta-feira, foi publicado um decreto no "Diário Oficial", o Decreto nº 68.405/24, queria até mostrar aqui.

Esse decreto, Sr. Presidente, que fala que vai reformular as oficinas culturais do estado de São Paulo, na verdade, vai extinguir, na prática, as oficinas culturais, que são oficinas importantes, estratégicas, na formação de artistas nas mais variadas áreas da arte, produtores culturais.

É uma oficina, é um programa que já existe há muitos anos, há quase 40 anos, no estado de São Paulo, e esse decreto, na prática, vai extinguir, vai revogar, vai acabar com essa experiência, com esse projeto bem-sucedido no estado de São Paulo.

Então, é um absurdo isso. Já há uma ampla mobilização em todo o estado de São Paulo. Eu participei de um ato no Theatro Municipal, recente, na semana passada. No sábado, eu participei de um outro ato muito importante, que aconteceu na Oficina Oswald de Andrade.

O fato é que esse projeto vai demolir, vai acabar, vai extinguir as oficinas culturais, não só lá do Centro Cultural Oswald de Andrade, deputada Leci Brandão, mas também em outras regiões do Estado, como Alfredo Volpi, que fica em Itaquera, Juan Serrano, que fica na Brasilândia, e outros programas importantes relacionados às oficinas culturais, como Formação no Interior, que é um programa importante, Programa de Qualificação em Artes, Festival de Música Instrumental, Festival Literário do Vale do Ribeira, Ciclo de Cultura Tradicional, Ciclo de Gestão Cultural.

Todos esses programas vão praticamente desaparecer, já estão extintos, porque primeiramente o governo suspendeu o edital e depois editou o decreto. Mas nós estamos reagindo. Eu já apresentei um PDL, um projeto de decreto legislativo, que foi publicado hoje, no "Diário Oficial", que vai extinguir esse decreto, que vai revogar o Decreto nº 68.405. Então, preciso muito do apoio de todos os deputados e deputadas para que nós possamos aprovar, em caráter de urgência, o nosso PDL publicado hoje, no "Diário Oficial".

Também já solicitei, Sr. Presidente, a convocação da secretaria estadual de Cultura, para que ela venha depor aqui na Assembleia Legislativa. Nós vamos cobrar dela a manutenção do programa e a revogação, na verdade, desse decreto.